TPBCI | Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

ONGS E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS: desdobramentos e relações no contexto da Ciência da Informação

NGOS AND MEDIATION OF INFORMATION IN COMMUNITIES OF SUBURB: developments and relationships in the context of Information Science

Edna Gomes Pinheiro[1]

RESUMO: Investiga a responsabilidade social das organizações não-governamentais (ONGS) Casa do Pequeno Davi e Aldeias Infantis, com relação as ações de mediação da leitura/informação. Revisita na fundamentação os autores Silva (2006); Petit (2008); Ramalho (1996); Figueiredo (1996), dentre outros. A questão problema indaga: Como as ONGS Casa Pequeno Davi e Aldeide SOS implementam ações socioeducativas para despertar o prazer de ler em crianças e jovens de periferia? Tem o objetivo geral de analisar como as ONGS citadas utilizam a leitura na ressocialização de crianças e jovens de periferia. Como objetivos específicos revelar concepções de leitura, construídas por crianças e jovens de periferia, focando o que, por que e para que ler, bem como suas histórias de leituras. Recorre à abordagem qualitativa, e às orientações etnometodológicas. Apoiada na história de vida tópica (de leitura) dos sujeitos. Os resultados evidenciam-nos a omissão do poder público na adoção de políticas sociais, fato que abre espaços para as ONGS atuarem nas mais variadas questões e iniciativas de desenvolvimento socioeducativo da população, dentre elas o acesso a leitura/informação, considerado "um bem coletivo, um bem de todo". Iniciativas, que emergem tanto para criação e desenvolvimento de bibliotecas quanto para o estímulo à leitura. Constata que as experiências de leitura advindas das ações realizadas pelas ONGS pesquisadas, oportunizam a recomposição de identidades de crianças e jovens, tornando-as agentes ativos de suas vidas e de suas histórias.

Palavras-Chave: Mediação da Leitura. Organizações Não Governamentais. Apropriação da Informação.

***ABSTRACT**: It investigates the social responsibility of non-governmental organizations (NGOs), Casa do Pequeno Davi and Children's Villages, regarding reading / information mediation actions. It revisits the authors Silva (2006); Petit (2008); (Ramalho, 1996); Figueiredo (1996), among others. The problem question asks: How do the NGOs Casa Pequeno Davi and Aldeias SOS implement socio-educational actions to arouse the pleasure of reading in children and young people from the periphery? Its general objective is to analyze how the NGOs mentioned use reading in the resocialization of children and young people from the periphery. As specific objectives reveal concepts of reading, built by children and young people of perhiferia, focusing on what, why and what to read, as well as their reading stories. It uses the qualitative approach and ethnomethodological guidelines. Based on the subjects' topical life story. The results show us the omission of the public power in the adoption of social policies, a fact that opens*

[1] Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (DCI/UFPB).

spaces for NGOs to act in the most varied questions and initiatives of socio-educational development of the population, among them the access to reading / information, considered "a collective good, a good at all. " Initiatives that emerge both for library creation and development and for reading stimulation. Notes that the reading experiences arising from the actions carried out by the researched NGOs, allow the recomposition of identities of children and young people, making them active agents of their lives and their histories.

Keywords: *Reading Mediation. Non-Governmental Organizations. Appropriation of Information.*

1 INTRODUÇÃO

Percebemos que o século XXI apesar de presenciar os avanços alcançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, exibe, ainda, uma expressiva desigualdade entre as pessoas. Na verdade, nunca a diferença entre ricos e pobres, letrados e analfabetos, alimentados e famintos foi tão acentuada. Neste sentido, surge um leque de contradições e discussões que necessitam ser analisadas com vistas a renovadas esperanças de melhoria de qualidade de vida, de equilíbrio e bem-estar futuro da espécie humana e da própria vida no planeta.

Assim sendo, transportando o foco das discussões para o tema das investigações científicas, visualizamos que o sentido de aprender encontra-se com a necessidade de aprender para a vida. Isso nos leva a refletir na recriação de nós mesmos, e em todo o fazer humano que possibilita mudanças em atitudes, concepções, formas de vida e nos leva a ativar mecanismos que gerem motivações e expectativas em relação às pessoas e seus aprendizados. Isso significa repensar experiências, definir ações com objetivos claros e articulados aos desafios que surgem na construção social da realidade, a fim de gerar alternativas e possibilidades para a vida.

Na tentativa de abrir perspectivas que contribuam para amenizar essas inquietações, muitos educadores apregoam a necessidade de leitura como ponte para o progresso, a vida e a formação integral do indivíduo, pois considerada como uma porta de possibilidades, equaliza a vida quando buscamos conquistar a autonomia como pessoas que tentam descobrir o verdadeiro sentido da existência. Isso nos leva a crer que negar a democratização da leitura à maioria da população, por falta de uma política consistente de fomento ao livro e à leitura, equivale a um ato de insensatez.

Isso posto, ressaltamos que essa pesquisa não tem o propósito de adentrar na questão da crise "da leitura" que atravessa o país. Tencionamos sim, ouvir o silêncio daqueles que não têm voz, ou seja, daqueles que não opinam e nem decidem pelo simples fato de serem discriminados pela sociedade. Trataremos, sim, de leitura no contexto de crianças e jovens de periferia que, mesmo conhecendo a existência de limites, podem transformar os acasos do caminho em possibilidades e na defensiva ante a discriminação e a exclusão, abraçam as possibilidades ofertadas por instituições que aceitaram o desafio de criar mecanismos de

acesso a leitura/informação. È um desafio, porque requer antes de tudo, iniciativa, criatividade, astúcia e participação social de todos os envolvidos com a questão da leitura.

Nesse sentido revelamos o papel ONGS como lugar de leitura, no processo de mediação da informação com crianças e jovens de periferia. Esse tema é merecedor de atenção. Por isso, partimos do pressuposto de que a Ciência da Informação se interessa em estudar o papel da leitura nesse contexto, acreditando que a leitura se constitui em uma teia de possibilidades de mudanças que favorecem o ser humano a se (re) construir diante das adversidades da vida.

Nesse viés, ao se inserir a leitura no processo de realização da condição humana, da capacidade de entender o mundo, está-se constituindo um campo de investigação apto a identificar como se instaura a apropriação da informação – também conhecida na Ciência da Informação como introjeção do conhecimento (DUMONT, 2007). Por introjeção entende-se um conjunto de atos voluntários, pelo qual o indivíduo reelabora o seu mundo, modificando seus conhecimentos prévios com as informações lidas e processadas sob a ótica de ordenamentos, de desvios, de reutilizações singulares do sujeito leitor.

Falamos em articular a leitura com a apropriação da informação, partindo do pressuposto de que a Ciência da Informação se interessa em estudar o papel da leitura no cotidiano das pessoas, acreditando que imersos num mundo de símbolos e signos, transitam de uma experiência de leitura para outra, por meio do código escrito registrado em qualquer suporte informacional.

Consideramos que nesse ponto, as crianças e jovens (sujeitos da pesquisa) já participaram de práticas sociais de letramento concebidas como o estado ou a condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever (BECKER, 1994) – e atraídos pelas ações de mediação da leitura, desenvolvidas das ONGS Casa pequeno Davi e Aldeias SOS presenciam práticas de leitura, sendo estimulados a seguir caminhos na construção do saber, interagindo com diferentes suportes de leitura e de textos.

A partir desse enfoque, consideramos as ONGS – locus da pesquisa – locais de práticas sociais de relevância para crianças e jovens de periferias, que estão sob seu acautelamento, vista o seu papel em acrescentar novas experiências e reformular ideias, no processo de mediação da leitura/informação.

Sob esse aspecto, afirmamos que discorrer sobre ONGS como lugar de leitura para crianças e jovens de periferia, é dar lugar a curiosidade de conhecer e revelar o uso que fazem dela nas suas ações cotidianas, significa compreender a leitura como prática social para aprender e reaprender. Significa entender as ONGS como espaço de recriação das utopias que reconstroem identidades e contextos de vida, porque fomentam ações socioeducativas, na perspectiva de aprender para a vida, na vida e com a vida.

Isso reflete que o caminho percorrido justifica a escolha do tema de pesquisa, considerando o nosso envolvimento com as questões da leitura na formação do leitor para a autonomia, a impotência sentida em nossas experiências de trabalho com grupos caracterizados pela exclusão social e as reflexões sobre essas experiências. Outra razão, não menos importante, diz respeito à escassez da produção científica no campo da Ciência da Informação voltada para crianças e adolescentes em situação de risco, justificada, talvez pela identidade, ainda sombria, dessa área com as questões sociais inerentes aos excluídos e marginalizados na sociedade brasileira.

Com esse pensamento entramos em sintonia com a questão problema da pesquisa, a qual está enunciada da seguinte forma: Como as ONGS Casa Pequeno Davi e Aldeide SOS implementam ações socioeducativas para despertar o prazer de ler em crianças e jovens de periferia?

Sob esses argumentos, inferimos o objetivo geral da pesquisa analisar como as ONGS citadas utilizam a leitura na ressocialização de crianças e jovens de periferia. Como objetivos especificos revelar concepções de leitura, construidas por crianças e jovens de perhiferia, focando o que, por que e para que ler, bem como suas histórias de leituras.

Assim, chegamos ao percurso metodológico utilizado, que no inicio se tornou uma busca sem direção, pela inexistência na literatura corrente, de uma metodologia específica que contemplasse as peculiaridades de uma pesquisa de caráter de tamanha subjetividade, o que nos levou a mesclar à abordagem qualitativa e às orientações etnometodológicas. Apoiada na história de vida tópica (de leitura) dos sujeitos.

Face ao exposto, tratamos da constituição do *corpus* das análises dos dados, marco fundamental para o alcance dos objetivos previstos.

Apresentamos as conclusões, que se configuram como pontos de reflexões, cujos comentários refletem os aspectos relevantes da temática abordada, no que tange as

contribuições da temática para a Ciência da Informação, sobretudo das possibilidades de atravessar os discursos sobre crianças e adolescentes em situação de risco, que serviram de lastro para situá-los no contexto da Ciência da Informação.

2 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: entre histórias e rupturas

Essa Seção permite uma aproximação com a questão da criança e do adolescente, sob a luz dos seus direitos, com o fim de discuti-la, de forma distinta de interpretações, da pluralidade de suas trajetórias e de seus trejeitos para lidar com as contradições, as disparidades, o desrespeito e as violações que as cercam.

Tessa trajetória teve início na segunda década do Século XX, em consequência das barbaridades sofridas por crianças e adolescentes, na Primeira Guerra Mundial. Devido as atrocidades dessa época, surgiu na Inglaterra, em 1919, uma entidade internacional de apoio à criança, denominada *Save The Children,* cuja missão era proteger e cuidar das crianças vítimas da I Guerra Mundial. Ao ser fundada pela pacifista inglesa Eglantyne Jebb, a instituição elaborou a Declaração dos Direitos da Criança de 1924, primeiro documento internacional sobre os direitos da criança. Conhecida como *Declaração de Genebra e* adotada pela Liga das Nações, criada para manter a paz e a ordem no mundo, evitar conflitos desastrosos como as guerras. Todavia, essa Declaração não teve o impacto necessário para o pleno reconhecimento internacional dos direitos da criança. Consequentemente tornou-se cada vez mais premente a necessidade de fortalecer esse reconhecimento, por meio de discussões, pactos e tratados consolidados. Devido a necessidade de garantir os direitos fundamentais do ser humano a Organização das Nações Unidas — ONU — criada em 1945, sucessora da Liga das Nações, assumiu o compromisso de desencadear discussões sobre os direitos humanos (CASTRO, 2011). O principal marco desse compromisso foi à aprovação, em 1º de dezembro de 1948, da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

É evidente que essa Declaração contemplava todos os seres humanos, todavia foi preciso criar um pacto oficial específico para as crianças. A partir de então, foram construídas as bases para se formular a denominada Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a Infância, uma construção filosófica cuja semente foi lançada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, cujo princípio norteador das ações direcionadas para a

infância versava sobre o interesse superior da criança, ou o melhor *interesse da criança,* traduções da expressão original *the best interest of the child.*

Revisando essa construção histórica, observamos que no período de 1959 a 1970, a preocupação com os direitos humanos e da criança começou a se expandir. Esse fato levou a Polônia a apresentar, em 1978, uma proposta de Convenção sobre os Direitos da Criança. O objetivo do Governo polaco consistia em fazer com que a Convenção fosse efetivada em 1979, no Ano Internacional da Criança, criado com o intuito de alertar a população mundial para os problemas que afetavam, mundialmente, as crianças de até sete anos de idade.

Contudo, somente em 1989 foi que essa Convenção se realizou, sob os auspícios da Assembléia Geral das Nações Unidas, com o propósito de promover os direitos da criança e não apenas proteger e, ainda, padronizar e reunir esses direitos em um único documento. Tal ato foi um marco em relação aos esforços que se realizam no plano internacional para fortalecer a justiça, a paz e a liberdade em todo o mundo, mediante a promoção e a proteção dos direitos humanos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1989), em seu prefácio, faz menção aos pactos e aos acordos internacionais que consolidaram a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial, quais sejam: Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança; Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1959; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e os estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança.

A efetivação do pacto resultante dessa Convenção foi demorada, todavia, ao ser instituído, contemplou direitos nunca antes apreciados em outros tratados. Entre os princípios consagrados por essa Convenção, estão o direito à vida, à liberdade — respeito — dignidade, obrigações dos pais, da sociedade e do Estado em relação à criança e ao adolescente.

O Brasil passou a reconhecer a necessidade de estabelecer pactos, critérios e estratégias para garantir alternativas com o fim de salvaguardar os direitos da criança e do adolescente. Temos indícios de que, no Brasil, esses movimentos emergiram no início do Século XX, com o surgimento das lutas sociais lideradas por trabalhadores urbanos que

criaram, em 1917, o Comitê de Defesa Proletária, foi o primeiro sinal de atenção à criança e ao adolescente, no que se refere à garantia de direitos e mecanismos operantes.

Posteriormente, em 1927, o Brasil cria seu primeiro Código de Menores (BRASIL, 1979), com a responsabilidade de garantir os direitos de crianças e adolescentes e implantar um sistema público de atenção às crianças e aos adolescentes, sob a égide do Estado (ALBUQUERQUE, 2007). Todavia, ao longo do tempo, passou a ter uma conotação depreciativa, visto que o termo *menores* passou a se referir a todos aqueles aos quais a sociedade outorgou um significado social negativo, por serem pobres, pertencerem a famílias não convencionais, estarem expostos a situações de risco, passíveis de adquirir uma conduta antissocial.

Diante dessas constatações surgiram debates e das mobilizações. Após anos de lutas e de reivindicações, o Brasil promulga, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, por meio da Lei nº 8.069/90, uma conquista arraigada à dignidade e à construção da cidadania de crianças e jovens

No ECA, a categoria *menor* foi abolida e foi reconhecida como criança e adolescente merecedores de direitos próprios e especiais, de política de atenção integral a seus direitos, em face de a condição específica de pessoas em desenvolvimento necessitar de proteção especializada, diferenciada, absoluta (BRASIL. Lei nº. 8.069, 1991).

Observamos, assim, uma transformação na condição sócio-jurídica infanto-juvenil — um passo em direção à transformação de *menores* em *cidadãos-crianças* e *cidadãos-adolescentes*.

É fundamental reconhecer que o ECA não é o resultado da vontade pessoal das autoridades brasileiras, mas é o anseio das instituições que efetivaram movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e que contestaram a ordem na luta pela garantia desses direitos, a saber: República de Emaús, Pastoral do Menor e o Projeto Nacional de Alternativas e Atendimentos Comunitários a Meninos e Meninas de Rua.

Instaurou-se, assim, a ideia de um novo paradigma acerca da concepção de infância e adolescência e do atendimento — concernente à substituição do assistencialismo e do paternalismo — vigente até então, por uma série de propostas de caráter emancipador e educativo incumbida de fortalecer o atendimento das necessidades básicas infanto-juvenis,

em outras esferas, econômica e social, que favorecem mais que uma escola de qualidade, uma vida digna.

A proposta desse referencial não foi de *julgar* as políticas legais e sociais de direitos para crianças e adolescentes, mas de promover reflexões sobre mais um direito — o de acesso à leitura — com o intuito de se compreender muito mais esse direito como meio de transmissão do conhecimento, de desenvolvimento pessoal e, portanto, de cidadania. Principalmente, quando um país como o Brasil revela estatísticas que mostram que o índice nacional de leitura é de menos de dois livros lidos por habitante/ano, o acesso à leitura é um direito que deve ser encarado como uma prioridade nacional (CASTILHO NETO, 2010).

3 **LUGARES DE LEITURA**: ONGS como agentes de fomento da leitura em comunidades de periferias — novos desdobramentos de velhas relações

Para tornar viáveis as experiências de leitura no contexto de crianças e jovens de periferia, assistidas por ONGS, convém abordarmos a experiência de leitura na formação do sujeito-leitor, haja vista que, durante a infância e a adolescência, as experiências de leitura possibilitam que ele imagine, crie e se coloque no lugar do outro, dos personagens, num enredo em que a ficção se confunde com a vida real, diante da ousadia de crianças e jovens vivenciarem a dialética de ocupar vários papéis ao mesmo tempo. Isso aponta que é possível aprender a partir das próprias experiências.

Nesse sentido, para que as experiências de leitura dos sujeitos da pesquisa se efetivem, acreditamos que, além dos aparatos educacionais, como a escola e a biblioteca - considerados territórios de passagem onde ocorrem a conexão entre a leitura, a apropriação da informação e a cidadania, de igual modo, consideramos como espaços que propiciam essa conexão as organizações e associações sociais voltadas para a educação não formal, como, por exemplo, as ONGS, instituições homologadas como local desta pesquisa, cujas múltiplas facetas oportunizam “o despertar da interioridade, colocam em movimento o pensamento e impulsionam a atividade de simbolização e de construção de sentidos” (PETIT, 2009, p.284).

O termo ONG nasceu após a Segunda Guerra Mundial, dentro do sistema das Organizações das Nações Unidas – ONU (1948), e adentrou o Brasil na década de 80, com nomenclaturas como Organizações de Educação Popular e Organizações de Base. Nos anos

90, notoriamente com o advento da ECO-92, esse conceito não governamental eclodiu na mídia. Nesse período, as organizações não governamentais são impulsionadas, formadas numa lógica em que elas deveriam ser executoras de políticas públicas, que o Estado deveria deixar de assumir obrigações diretas de prestações de cunho social. Forma-se, então, o conceito de Terceiro Setor.

Como resultado da omissão do poder público na adoção de políticas sociais eficazes, abriu-se espaço para os chamados movimentos sociais e novas organizações, como as ONGS, voltados para as mais variadas questões e iniciativas de desenvolvimento da população, com o intuito de responder às necessidades percebidas por um grupo e incrementadas pelo esforço coletivo da própria comunidade. Dentre essas iniciativas, emergem aquelas voltadas tanto para a criação e o desenvolvimento de bibliotecas quanto para o estímulo à leitura.

Embora a expressão ONG englobe, atualmente, uma grande variedade de práticas desenvolvidas no interior da sociedade civil brasileira, na história dos movimentos populares, esse termo está ligado a um conjunto de práticas cujas origens estão naquilo que se denominavam, até o final dos anos 80, de Centros de Educação Popular, Centros de Assessoria ou Centros de Apoio (RAMALHO, 1996).

O reconhecimento das ONGS pelo Estado, como potenciais parceiras para viabilizar projetos sociais, com o aporte de recursos públicos, não constitui, por si, fato comprometedor, desde que, mediante a fiscalização da sociedade e dos órgãos governamentais competentes, seja garantida a lisura nas respectivas aplicações e a adequação técnica das iniciativas. É, sem dúvida, de grande valor público que instituições não governamentais possam continuar a exercer seu papel de complementar a ação do Estado, mas sem prescindir da transparência.

Nas suas origens, as ONGS representavam um pequeno grau de institucionalização. Funcionavam como uma estrutura administrativa mais informal; o trabalho voluntário era mais presente, e as atividades da “militância”, uma possibilidade de ação política para o povo. As ONGS surgiram no Brasil, em um processo de luta política da sociedade civil contra o regime autoritário, implantado com o golpe militar de 1964. Nasceram em um espaço limítrofe entre setores da igreja católica, que inaugurava a era da chamada *opção preferencial pelos pobres*; a universidade, limitada pela conjuntura a desenvolver suas atividades, e grupos de esquerda, isolados pela repressão política (RAMALHO, 1996).

Na Paraíba, houve a expansão da UFPB, entre 1976 e 1980, que serviu para se compreender o quadro de formação de Organização não governamental. Devemos destacar a presença de vários professores do eixo Rio - São Paulo, alguns dos quais começaram a desenvolver atividades políticas de assessoria ao movimento sindical rural, a partir de pesquisas realizadas no brejo paraibano, estabelecendo, entre ONGS e professores, um diálogo importante, em termos de pesquisa e de assessoria ligadas a "centros" que apoiavam alguns movimentos populares.

Para adentrar nos estudos das ONGS, na cidade de João Pessoa – PB, tivemos como base o livro de Danziato (1998) intitulado: ONGS e a prática social com adolescentes: demarcações históricas e discursivas, e a dissertação de Ramalho (1996), ONGS na Paraíba: as bases da ação propositiva. Ambas ressaltam que essas organizações fazem parte do chamado *terceiro setor,* não são empresas (direito privado), mas também não fazem parte da estrutura do Estado (direito público).

Esse cenário estimulou a consciência cidadã das pessoas e das organizações, pois rompeu o paradigma do atendimento à sociedade como responsabilidade apenas do estado (RAMALHO, 1996), e revelou a importância das pessoas e da sociedade na construção da malha social e do desenvolvimento comunitário.

Sob tal perspectiva, consideramos que, dentre essas ações informacionais, as práticas de leitura se inserem nos espaços socioeducativos das ONGS, visto a sua importância, sobretudo no que se refere à formação do sujeito-leitor, como cidadão autor da sua história, assistidos e beneficiados por elas.

Consideramos pertinente essa abordagem, por representarem espaço vivido pelos sujeitos da pesquisa. Assim, projetamos um breve relato sobre a história e a atuação das ONGS pesquisadas e dos bairros onde estão inseridas, cujas configurações se expressam em uma relação de pertença com cidade que as acolhe.

As Instituições não governamentais exercem um papel fundamental nos contextos populares, por serem organizações mediadoras de múltiplas ações e introduzirem uma série de novos elementos tanto no campo da política quanto no campo cultural e no social. Justificamos considerá-las como mediadoras, pelo fato de articularem um processo de construção do conhecimento e estabelecerem relações entre grupos e indivíduos.

O reconhecimento dessas instituições, especificamente das ONGS, leva-nos a crer que o direito ao acesso à leitura, à informação livre e plural e à cidadania é conquistado por meio de suas ações culturais, apoiadas na informação, no conhecimento e na necessidade de reforçar os laços da comunidade - sua história, sua cultura, seus valores. Isso evidencia a importância das Organizações não governamentais para a construção coletiva — visto que cultura também se faz com pessoas, para a criação da biblioteca e sua manutenção, para a promoção da leitura ou para a implementação de outras atividades culturais. Nesse sentido, a população menos favorecida, afastada dos centros urbanos, fixada em regiões que, paradoxalmente, apresentam maior carência de infraestrutura, bem como de equipamentos de cultura, esporte e lazer, buscam os lugares de interação nos bairros, como formas locais de solidariedade e vida comunitária para suprir suas necessidades.

Por acreditar que tanto as práticas de leitura quanto as de cidadania ocorrem, também, fora da escola, reconhecemos a responsabilidade das ONGS, no incentivo à leitura e na formação do cidadão-leitor, porquanto suas bibliotecas possibilitam a integração da comunidade, ampliam o acesso à leitura, à informação e ao livro, através das suas ações socioeducativas, dentre elas a mediação da leitura/informação.

Nesta pesquisa essa mediação diz respeito aos modos e às técnicas de leitura pelas quais o leitor, a partir de suas referências, individuais ou sociais, dá um sentido singular partilhado aos textos de que se apropria. Portanto, para os propósitos da pesquisa, foram compreendidas como um jogo de conotações que propicia a polissemia de ações entre os sujeitos sociais que indagam, respondem, ouvem e interagem nas práticas cotidianas das ONGS Casa do Pequeno Davi e Aldeias SOS.

À luz dessas inferências, passamos a considerar os espaços informacionais das ONGs citadas, como socialmente construídos, onde muitos adentram em busca do prazer de ler, de um caminho para transformar a vida (ROSA, 2008), pois, ao favorecer o aprendizado, deixam de ser apenas um espaço e se tornam um ponto de encontro com o outro e com o saber. Não com o saber completo e acabado, utilizado sem modificações ou ressignificações, mas com o saber que forma o sujeito, de modo que ele seja capaz de analisar seus problemas e buscar alternativas para solucioná-los.

Acreditamos que as ONGS em destaque podem ser consideradas como lugares de leituras, semelhantes às bibliotecas comunitárias, pois foram instituídas dentro de

comunidades carentes e sobrevivem através de trabalho dos próprios moradores, de parcerias com empresas e instituições educacionais e doações da sociedade civil. Estão, portanto, inseridas em comunidades caracterizadas por necessidades educacionais, carência de projetos, visando ao desenvolvimento intelectual e cultural de uma parcela menos favorecida da sociedade.

É importante ressaltar que o termo biblioteca comunitária foi referenciado, pela primeira vez, na literatura brasileira da área de Biblioteconomia, em 1978, por Carminda Nogueira de Castro Ferreira, no artigo intitulado: Biblioteca Pública é Biblioteca Escolar? Nesse trabalho, a autora considera que a biblioteca comunitária pode ser caracterizada pela junção da Biblioteca Pública com a Biblioteca Escolar. Sua proposta era de que a "biblioteca pública se responsabilizava pela orientação e manutenção da Biblioteca escolar e, reciprocamente, a escolar atuava como biblioteca pública abrindo suas portas a comunidade em horários convenientes" (FERREIRA, 1978, p. 13).

Assim, sob o nosso ponto de vista, as bibliotecas comunitárias, por estarem em comunidades específicas, estão à disposição dos membros da comunidade, o que leva a crer na oferta de serviços de acordo com a realidade da população assistida, devido ao dinamismo nessas instituições e à oferta de serviços como: ludoteca, contação de história, cursos, grupo de idosos, museu, alfabetização de adultos, criação de corais, entre outros. "Atraindo os não-usuários dos serviços tradicionais e ajudando as camadas menos favorecidas de nossa população a obter a informação necessária à sua sobrevivência nos grandes centros urbanos" (FIGUEIREDO, 1996, p. 123).

As bibliotecas comunitárias podem assumir a condição de resgatar a dignidade das pessoas, dando oportunidades de aprendizado pela convivência social, pelo acesso e ampliação do repertório cultural, pela aquisição de informações e pelo incentivo à participação na vida da comunidade em que vive. Como enuncia Rabello (1987, p. 38), "uma biblioteca de "baixo para cima", onde os serviços seriam prestados a partir das necessidades efetivas da comunidade".

Tendo em vista a natureza e a abrangência das bibliotecas comunitária, o registro das pesquisas e experiências de Abath (1996) sobre essa questão é de suma importância para desenvolvermos pontos de afinidades com os propósitos dessa pesquisa. Afinidade que reside, sobretudo, no interesse de acesso a leitura e a informação de comunidades

socioeconomicamente carentes. As pesquisas da autora se concentram em serviços de informação destinados as necessidades daqueles que não têm rápido acesso a outras fontes de assistência, como moradia, emprego e direitos. Afirma que uma alternativa são os centros populares de documentação e informação que caracterizam a desinstitucionalização da informação, através de informação acessível, tomada de decisão participativa, democratização e compromisso com o desenvolvimento da comunidade.

Essas considerações são importantes, porque, nesta pesquisa, cada situação foi analisada no âmbito das estratégias que as ONGS utilizam para aproximar os sujeitos do seu universo cultural e para ampliar as possibilidades de acesso aos bens culturais, estreitando a intimidade entre o leitor e a leitura. Essas organizações, segundo Freire (2011), representam o terceiro setor como um espaço de promoção da inserção e da inclusão social.

A respeito do papel das ONGS, no contexto da Ciência da Informação, é relevante citarmos a tese de Alvarenga (1998), que faz uma análise da relação entre informação e cidadania, a partir de práticas informacionais implementadas por organizações não governamentais brasileiras que trabalham com a questão do Gênero e dos direitos da mulher.

Atentamos para a pesquisa realizada em 1995 por Abath et. al, tinha como objetivo identificar as características da população e as necessidades de informação da comunidade do Baixo Roger.

Quando nos reportamos às organizações criadas com o aval de prestar assistência à infância e à adolescência pobres, fazemos alusão, especificamente, à Casa do Pequeno Davi e às Aldeias Infantis - espaço desta pesquisa — criados em prol dos direitos humanos e com a intenção de dar forma de política social ao modo de operar os efeitos provindos das desigualdades, das injustiças sociais e do desrespeito à vida, que vinham se acumulando, ao longo dos anos, na periferia onde estão inseridas, bem como incentivar a leitura como fator preponderante para recuperação e reintegração social de crianças e jovens que vivem situações de convívio social fora do ambiente familiar. São organizações que comportam em sua estrutura a capacidade de acolher e compreender, demonstrando interesse e compromisso com a recuperação dessa população, além do respeito às diferenças e da manutenção de um ambiente de apoio e atenção, atitudes que contribuem para melhorar a qualidade de vida dos seus assistidos.

O crescimento no número de ONGS é um fato comprovado na Paraíba. No momento, a grande João Pessoa tem uma média de 400 associações civis sem fins lucrativos, mas, destas, apenas 78 são verdadeiramente atuantes, como pode ser observado no *site* do Centro de Direitos Humanos (CDH), http://www.ceddhc.pb.gov.br/bdados/entidad.htm.

Esse é, portanto, o leque de autores com os quais dialogamos no que tange ao aporte teórico, para subsidiar a análise e a interpretação dos dados coletados para esta pesquisa. Selecionamos aqueles que mais se identificam com os propósitos de estudar a leitura e seus feitos na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, no sentido de compreendê-la no contexto das diferenças, das trajetórias minoritárias e da exclusão.

4 LIVRO NA MÃO: mediação da leitura, experiências advindas das ONGS

Para realizar a pesquisa, acompanhamos o elenco de projetos sociais desenvolvidao pela ONG Casa do Pequeno Davi, no decorrer dos seus 32 anos de funcionamento. São programas/projetos de grande alcance social, entre eles, destacamos alguns em execução: Conectando Vidas (Prevenção às drogas); Protagonismo Infanto-juveni (Crianças conquistando seus direitos); Grito de Alerta (Violência doméstica e sexual); Perto da Escola Longe do Trabalho Infantil (Trabalho infantil. Todos os temas enunciados são trabalhados nas fontes de informação idealizadas e elaboradas pelos colaboradores internos e externos da Casa. São fontes constituídas por banners, folders, jornais, entre outras geradas e utilizadas no processo informacional da instituição, que, expostas em murais, contribuem para a formação cidadã e para a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco.

Figura 1 – Temas trabalhados nas ações socioeducativas na Casa Pequeno Davi



Fonte: Folders da Organização Casa Pequeno Davi, 2018

A partir desse marco, em 2000, e com apoio do UNICEF, a Casa Pequeno Davi iniciou um trabalho de incentivo à leitura na comunidade do Roger, visando facilitar o acesso ao livro e, consequentemente, à leitura e à cultura, através de biblioteca que recebeu o nome de Jaime Do Boer, padre holandês, profundo incentivador de ações sociais nessa Casa. Dispõe de uma tenda para contação de história e de bolsas de pano projetadas, especialmente, para os usuários cadastrados na biblioteca transportarem os livros até suas casas, a fim de estimular as famílias para o exercício da leitura afetiva. Vejamos a figura abaixo:

Figura 2 – Tenda da leitura e bolsas oferecidas aos usuários da biblioteca.



Fonte: Arquivo da pesquisa in loco

A função dos mediadores de leitura é de promover ações educativas que despertem o gosto pela leitura. Essa motivaçõ pode interferir, com maior ou menor profundidade, na formação dos leitores. A biblioteca desenvolve várias atividades, tais como: organização, ampliação, diversificação e divulgação do seu acervo, contação de histórias itinerante na comunidade, trabalhos artísticos impulsionados pelo livro, comemoração do *Dia do Livro*, empréstimo de livros para escolas da comunidade que não tenham biblioteca constituida, difusão da literatura na comunidade, para que perceba a importância de uma política pública municipal e estadual do livro e da leitura.

Percebemos, então, assim, que ações efetivas para o desenvolvimento sociocultural de crianças e adolescentes em condição de pobreza social, através de ações em rede voltadas para a democratização do acesso ao livro e à leitura. Consequentemente, a Casa Pequeno Davi, por meio de projeto, tem desenvolvido atividades significativas inerentes à formação de leitores e o gosto pela leitura. Dentre elas, destacamos: contação de histórias, visitas dirigidas à biblioteca, empréstimos de livros e eventos de incentivo à leitura como um direito de todos.

Essa dinâmica torna a Casa Pequeno Davi um espaço institucional mediador do acesso à leitura e à informação imprescindível à formação e ao desenvolvimento do sujeito.

Na mesma perspectiva, a fim de acompanhar os propósitos da pesquisa, destacamos entre as atividades desenvolvidas nas Aldeias Infantis SOS, *as práticas de leitura*, que favorecem ações como: hora do conto, produção textual e literária, empréstimo de livros, biblioteca Itinerante e confecção de livros com histórias produzidas pelas crianças e pelos jovens. Essas ações sinalizam a responsabilidade e o compromisso voltado para o incentivo à leitura, em um contigente marcado pela ausência de espaços e de meios públicos de difusão e democratização de bens culturais – bibliotecas, cinemas, teatros e livrarias – que levaram a instituição a se articular em redes com outras instituições socias, a fim de assumir o desafio de incentivar a promoção da leitura e do acesso ao livro. Contando com uma biblioteca (Fig.4) e dois mediadores de leitura, desenvolve práticas de leitura, dentro e fora dos seus espaços, com o objetivo de despertar nas pessoas o gosto e o prazer de ler.

Figura 4 – Biblioteca da sede Aldeias Infantis SOS – JP



Fonte: Arquivos da pesquisa in loco

Devido ao compromisso com o incentivo à leitura, as Aldeias Infantis SOS-PB efetivaram parceria com o Instituto C&A, como já referimos, atraves do polos de leitura do Programa Prazer de Ler, que financia, em âmbito nacional, projetos de incentivo à leitura de instituições voltadas para a formação de leitores e mediadores de práticas leitoras.

Em João Pessoa, essa parceria se concretizou com a criação do *Polo de Leitura na Rede,* cuja estratégia de articulação é desenvolver o gosto e a fruição pela leitura. Para isso, incorpora práticas de leitura à rotina cotidiana das instituições envolvidas na rede, na perspectiva de formar uma sociedade leitora.

4.1 **Concepções de leitura sob o olhar/fazer dos sujeitos:** o que, para que e por que ler

Por compreendermos que na leitura há elementos relevantes que interferem na constituição do sujeito-leitor, por exemplo: o contexto, o conhecimento de mundo de cada leitor e a sua historicidade, procuramos resgatar a concepção de leitura, emitida pelos sujeitos da pesquisa, sob outro olhar: o da ressignificação. Nesse aspecto, temos um elemento expressivo: o de significar, haja vista que a leitura só tem valor quando o sujeito assume uma postura *sócioaxiológica,* expressão utilizada por Bakhtin (2003), para designar juízo de valor.

Este deslocamento possibilitou a construção da pergunta: o que é leitura? O que, para que e por que você lê? Permitiu também aos sujeitos revelarem suas concepções e crenças, de forma carregada de significação, até então, não conhecida, representando a carga de significação dos detalhes relembrados, conforme o quadro (1).

Quadro 1 Concepções de leitura: o que leem, para que leem e por que lee

SUJEITOS	CONCEPÇÃO DE LEITURA	O QUE LEEM	PARA QUE LEEM/ POR QUE LEEM
J1 - Jovem 13 anos	Leitura para mim é viajar, e ir pra lugares que nunca podia ir, pois não tenho dinheiro. Quem não ler fica pobre também da cabeça, pára no tempo. Leitura pra mim faz parte da minha vida. Adoro ler.	Livros de histórias, Jornais.	Porque aprendo com as histórias. Leio para mudar de vida Porque quero crescer na vida.
J3 - Jovem 12 anos	Leitura é viajar, porque quando eu escuto uma história ou leio um livro parece que eu estou viajando	Livros de histórias, Quadrinhos (Gibis).	Porque posso sonhar com a vida que eu quero ter Por curiosidade. Porque que quero saber das coisas.
J4 - Jovem 13 anos	[...] é uma ponte que leva as pessoas para um mundo melhor! É buscar sabedoria para ir em frente. (AD9–13anos)	Livros de histórias, Bíblia	Leio porque é bom. Eu me desligo de tudo Porque sinto prazer grande em sonhar com um futuro melhor
J5 - Jovem 13 anos	[...] é uma ponte que leva s pessoas para um mundo melhor! É buscar sabedoria para ir em frente	Livros de histórias, Bíblia	Para a minha vida melhorar. Quando eu leio um livro, imagino os cenários, as caras dos personagens. E aprendo a ver as coisas dou jeito.

Avançando nas análises identificamos que as concepções revelam a leitura como um mundo encantando, que leva o leitor sonhar. De posse dessa concepção de leitura e levando em consideração as dificuldades vividas pelos sujeitos da pesquisa, de um lado, por eles pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas e, de outro, por serem, ao longo da história, expressão dessas desigualdades, julgamos que a leitura sob esta acepção pode levá-los a desenvolver estratégias de sobrevivência, visto que os depoentes ouvidos neste estudo assumem o ato de ler como uma esperança de dias melhores. Corroborando com essa concepção Chartier (2001) lembra que a leitura não pode ser reduzida

a exigências utilitárias. Os livros devem também fazer sonhar, divertir, permitir a reflexão. O que temos nesse momento é uma percepção do sentido da leitura na vida do leitor, não como uma reprodução da realidade, mas sim, como prática, por meio da qual podemos produzir um universo novo.

Assim, empenham-se em aprender, não apenas para conviver, mas também para apropriar-se de conhecimento e sobreviverem,

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante da trajetória percorrida na investigação, constatamos a incipiência, ou fragilidade de pesquisas inerente aos estudos sobre leitura voltada para os leitores, no que diz respeito à contribuição da leitura à sua bagagem informacional. Estamos falando, de pesquisas que partindo da visão leitor, apontem como estes fazem uso da leitura e nos revelem qual o efeito desta prática em suas vidas. A experiência nos tem mostrado que a distância entre o jovem e a leitura pode ser diminuída se a atividade de ler deixar de ser trabalhosa — o que requer aprendizado sistemático — e for reconhecida pelos alunos, com a ajuda da escola, como uma atividade necessária nas complexas sociedades letradas que construímos. Por outro lado, a leitura pode tornar-se, além de uma atividade reconhecidamente necessária, uma atividade prazerosa. Argumentaremos aqui que o gosto pela leitura é algo que a escola deve “ensinar”. Como a proficiência, o prazer de ler é fruto também de exercício cotidiano da leitura. Nesse sentido, leitores “freqüentes”, envolvidos e, portanto, proficientes, costumam ser aqueles que descobrem o prazer da leitura, e essa é uma dimensão que, particularmente, a leitura literária exibe. Além disso, os gêneros literários costumam exigir habilidades sofisticadas para interpretação de seu conteúdo e avaliação de suas estratégias, o que ajuda a formar o leitor competente. A importância da leitura literária deve ser destacada, ainda,

Podemos dizer que uma ONG, dependendo de sua atuação, pode corresponder a um tipo especial de instituição social-cidadã, sem fins lucrativos, que desenvolve atividades orientadas à promoção e ao desenvolvimento de comunidades carentes e a relações baseadas em direitos e deveres de cidadania. A importância dessas instituições na construção da cidadania e seu caráter de sistema social de informação encontram-se, pois, principalmente,

nas ações de informações promovidas por elas, tais como promoção de cursos, palestras, oficinas, exposições, entre outras.

REFERENCIAS

ABATH, Rachel Joffily et. al. experiência de serviços informacionais para comunidades economicamente desfavorecidas na cidade de João pessoa – PB. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.6, n.1, p.30-38, jan./dez. 1996.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. **A construção social da informação:** práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais/ONG's brasileiras. Brasília, 1998. 221f. (Tese) Doutorado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.

BRASIL. **Código de menores**: Lei nº 6.697/79. Comparações, anotações, histórico. Brasília: Ed. Senado, 1979.

CASTILHO NETO, José. **PNLL**: textos e histórias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Leitura via de acesso ao conhecimento: In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.) **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p.65-76

DANZIATO, Octavia de Carvalho Martin. **ONG's e a prática social com adolescentes**: demarcações históricas e discursivas. /S.l./: Ed. Unijuí, 1998.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Textos avançados em referência e informação.** São Paulo: Polis, 1996.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (PPGCI/Convênio CNPq/IBICT/ UFRJ/ECO) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217A da Assembléia Geral das Nações Unidas. Geneva, 1948.

PETIT, Michèle**. Os jovens e a leitura:** uma nova perspectiva. São Paulo: Ed. 34, 2008.

RABELLO, Odilia Clark Peres. Da Biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia da** UFMG, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p.19 – 42, mar., 1987.

RAMALHO, José Rodorval. **ONG's na Paraíba**: as bases da ação propositiva. João Pessoa, 1996, 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba.

ROSA, Eloisa Helena da**. A gestão do espaço físico escolar:** um desafio necessário. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2008.